

Relatório de atividades 2000



O Cirad no Brasil

2.1 Diagnóstico dos modos de ocupação do espaço Amazônico

Projeto de cooperação técnica ABC - acordo Mma-Sca / Cirad 1999-2000

Richard Pasquis (Cirad-Tera thi),

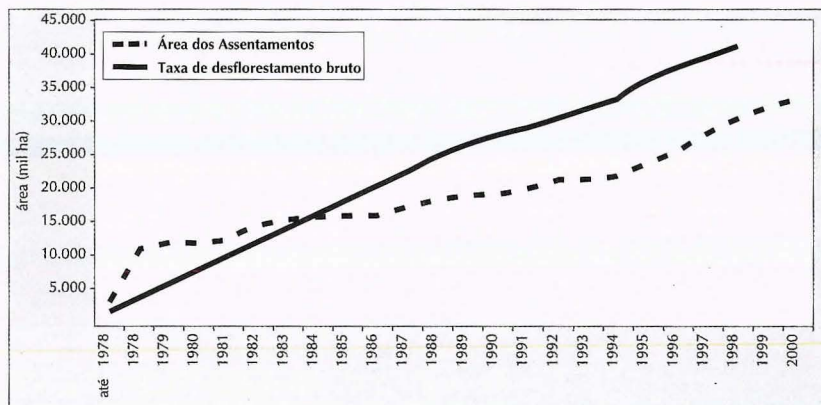
Neli de Mello (Université de Paris X), Hervé Théry (Ens), Martine Droulers e François Michel Letourneau (Cnrs-Credal), Marie-Gabrielle Piketty (Cirad-Amis ecopol), e Jean Pierre Bertrand (Inra)

Xavier Schubart (Ispn), Marcel Burtzyn (Unb-Cds)

Um acordo de cooperação técnica entre o Cirad e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) através do Napiam (Núcleo de apoio às políticas integradas para a Amazônia) da Secretaria para a Amazônia (Sca), foi assinado em 1999, visando a elaboração de um «Diagnóstico dos modos de ocupação do espaço Amazônico». O objetivo global deste acordo foi acompanhar a tentativa de controle do desmatamento da floresta Amazônica, algo que foi apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente como sua prioridade principal em 1999. Durante dois anos uma equipe técnica franco-brasileira, instalada no Napiam, analisou as dinâmicas espaciais e os modos de ocupação do espaço assim como o uso dos recursos naturais a fim de incentivar a reflexão e ajudar os especialistas quanto à tomada de decisão e à elaboração de políticas públicas adaptadas. Além destas atividades de pesquisa, a equipe acompanhou também o processo de negociação com os atores, que o Ministério lançou no âmbito da “Agenda positiva” da Amazônia.

O diagnóstico regional sobre os modos de ocupação do espaço Amazônico, elaborado pelo projeto, é o resultado de diversas pesquisas, de consultoria e de ateliês que permitiram a elaboração de diagnósticos para cada estado da Amazônia legal e que abordaram sucessivamente os temas mais importantes da problemática: avaliação, causas e responsáveis pelo desmatamento, impacto da colonização e reforma agrária do Incra sobre o meio ambiente, processo de urbanização da floresta, dinâmicas da soja na Amazônia, impacto do desmatamento sobre a biodiversidade, pesquisa de tecnologia alternativas para as queimadas.

Pode-se listar também as atividades pontuais de consultoria e de formação em Diagnóstico e Zoneamento Participativos (DZP) no Amapá com a Secretaria do Meio Ambiente (Sema), o estudo sobre o fortalecimento do extrativismo no Acre com a Secretaria de estado, a floresta e o extrativismo (SeFe) e a formação de uma base de informação sobre a Amazônia com o Ispn.



Evolução da superfície dos novos projetos de colonização e do desflorestamento bruto na Amazônia (fonte : Prodes/Inpe ; Incra/ Divisão de assentamentos)

Após três décadas de colonização e integração chega-se a uma constatação não muito categórica: a atividade predatória da floresta cresce, a fronteira agrícola avança no ritmo dos projetos de reforma agrária do INCRA e da substituição quase sistemática da grande produção. O desmatamento de mais de 10% da cobertura vegetal não se compensa por ganhos satisfatórios em termos econômicos ou sociais. A vocação agrícola da região é mais uma vez questionada e o processo generalizado de criação extensiva de gado, considerado como a única alternativa econômica até hoje, não satisfaz dos pontos de vista técnico, social ou ambiental. Os poucos polos econômicos agro-industriais tem um retorno econômico local baixo e as populações emigram para as cidades onde as condições de vida se degradam rapidamente. Frente a esta situação, o desafio assumido nos anos 90 pela proposta do desenvolvimento sustentável, parece cada vez mais pertinente, especialmente com o Programa Piloto de proteção da floresta brasileira (PPG7). Leve-se em consideração as indicações positivas, como a consciência cada vez mais generalizada da problemática da região, a colaboração eficiente entre os poderes públicos e a sociedade civil organizada, assim como as experiências locais ou regionais que provam que a fatalidade das fronteiras agrícolas não é irremediável.

Estes novos elementos serão aprofundados durante a fase seguinte do projeto que será desenvolvido em cooperação com o Centro de desenvolvimento sustentável (Cds) da Universidade de Brasília (Unb) no âmbito de um observatório de transformações na Amazônia – META-« Monitoramento estratégico das transformações ambientais amazônicas».

